

O ESPORTE NOS ESTADOS NOVOS DE SALAZAR E VARGAS (1933-1945): UM ESTUDO COMPARADO

MAURÍCIO DRUMOND¹

Após a Primeira Guerra Mundial, diversos Estados liberais europeus entraram em colapso devido a vários fatores, como crise financeira, falência de suas instituições e incapacidade de suas lideranças tradicionais de lidar com um eleitorado de massas (PAXTON, 2007). Somado a isso, a deflagração da Revolução Russa, em 1917, assim como as infrutíferas revoluções que a seguiram pela Europa, aumentaram ainda mais a desconfiança em relação à efetividade do Estado liberal. Como conclui Eric Hobsbawm (1998: 139):

Por que o liberalismo sofreu uma queda entre as guerras, mesmo em Estados que não aceitavam o fascismo? Os radicais, socialistas e comunistas ocidentais que viveram esse período tinham a tendência a ver a era de crise global como a agonia final do sistema capitalista. Diziam que o capitalismo não mais podia dar-se o luxo de governar através da democracia parlamentar e sob liberdades liberais, que incidentalmente haviam proporcionado a base de poder aos movimentos trabalhistas moderados e reformistas. Diante de problemas econômicos insolúveis e/ou uma classe operária cada vez mais revolucionária, a burguesia agora tinha de apelar para a força e a coerção, ou seja, para alguma coisa semelhante ao fascismo.

Diversos regimes autoritários foram instaurados no período entreguerras, como a breve ditadura de Sidónio Pais² em Portugal e os regimes autoritários na Áustria, na Polônia, na Romênia, na Iugoslávia, na Estônia, e na Grécia, entre outros. Como apontou Hobsbawm (1998: 115), apenas a Grã-Bretanha, Suíça, Suécia e o Estado Livre Irlandês mantiveram suas instituições políticas democráticas em funcionamento durante todo o período entreguerras na Europa. Nas Américas, a lista de permanências democráticas seria acrescida apenas por Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, Colômbia e Uruguai.

Dentre os movimentos antidemocráticos e antiliberais que varreram o hemisfério ocidental, os de maior destaque foram, sem dúvida, os regimes fascistas³ de Benito

¹ Doutorando em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada do Instituto de História da UFRJ.

² Sidónio Bernardino Pais liderou um golpe engendrado por setores da direita portuguesa em dezembro de 1917. Foi assassinado em dezembro de 1918, pondo fim ao seu regime.

³ Para uma definição de fascismo, ver Paxton (2007).

Mussolini, na Itália, e de Adolf Hitler, na Alemanha. A influência destes dois governos sobre os demais regimes autoritários foi de fato importante, inclusive nos dois casos analisados no presente estudo: o Estado Novo português de Oliveira Salazar e o Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas.

Caracterizados como “ditadura tradicional” (PAXTON, 200: 355), “autoritarismo moderno”⁴ (ROSAS, 1991) ou “autoritarismo burocrático” (FALCON, 2008: 17; PAYNE, 1983), os regimes brasileiro e português adotaram aspectos relevantes do fascismo, mantendo, no entanto, diferenças significantes, como a ausência de um projeto de mobilização para a guerra e de uma efetiva milícia nacional⁵. Outra importante diferença é que, no lugar do engajamento e excitação das massas, tipicamente fascista, esses governos dão preferência à desmobilização e passividade popular⁶, excetuando-se momentos de festas e demonstrações cívicas, de cunho nacionalista (FALCON, 1991, 2008; MANN, 2008; PAYNE, 1980; PAXTON, 2007; ROSAS, 1991; SACCOMANI, 1998; TORGAL, 2009).

Ainda que não se caracterizassem como regimes fascistas, os Estados Novos de Salazar e Vargas buscaram no fascismo alguns de seus matizes ideológicos. Seus diversos pontos de confluência, como o sistema corporativista, o governo de partido-único – ou mesmo a ausência de um partido, no caso brasileiro – com um líder carismático, a formação de um Estado policial, o controle dos meios de comunicação e da organização econômica, assim como o projeto de propaganda política foram diretamente inspirados nos modelos propostos por Mussolini e Hitler.

⁴ Deve-se atentar aqui para os diferentes significados que podem ser atribuídos ao conceito de “autoritarismo moderno”. O conceito, visto aqui como o proposto por Fernando Rosas (1991), se difere da visão de Mario Stoppino (1998a: 96). Para Stoppino, o autoritarismo moderno seria uma forma de reação antiliberal e antidemocrática que se oporia à razão iluminista. Com o passar do tempo e com o avanço da sociedade industrial e urbana, este autoritarismo passaria a se aquiescer ao liberalismo, adotando posturas nacionalistas em oposição ao socialismo. Já Rosas concebe o autoritarismo moderno a partir da presença de um Estado interventor racional, nacional e nacionalista, marcado por sua força e pela valorização da ordem.

⁵ O debate acerca do caráter fascista do Estado Novo português é até hoje altamente polêmico entre historiadores e cientistas sociais. A fim de não estender por demais um tema que não se encontra no cerne deste trabalho, não será aqui explicitado todo o debate já produzido sobre o tema. Para este trabalho, optou-se por adotar uma posição segundo a qual diferentes elementos de ambos os Estados Novos aqui analisados tiveram clara inspiração fascista, entre eles o aparelhamento da propaganda política. Sobre o debate acima mencionado, ver António Costa Pinto (1992) e Luís Reis Torgal (2009, v.1).

⁶ António Costa Pinto (2007: 34) chega a afirmar que “no fundamental o regime de Salazar não compartilhou das tensões de mobilização dos congêneres fascistas e promoveu a apatia”.

Em especial no que se refere à propaganda, Paxton (2007: 356) infere que “regimes que na verdade eram autoritários assumiam alguns elementos da cenografia dos regimes fascistas bem-sucedidos”. Nos casos aqui abordados, essa influência seria ainda mais forte com o regime de Mussolini, em especial em função da vinculação e atuação dos dois chefes de propaganda estadonovistas, António Ferro, em Portugal (PORTELA, 1987; RAMOS DO Ó, 1992, 1999), e Lourival Fontes, no Brasil (OLIVEIRA, L., 2001; PANTOJA, 2001).

Este estudo objetiva compreender a busca do controle e a mobilização do esporte nos projetos políticos dos governos de Oliveira Salazar, em Portugal, e de Getúlio Vargas, no Brasil, ambos de cariz autoritário e denominados “Estado Novo”. Alçados ao poder no início da década de 1930, tanto Salazar quanto Vargas se depararam com uma realidade onde o esporte já se fazia notar como uma das principais manifestações culturais, atraindo cada vez mais adeptos e envolvendo multidões apaixonadas. Em um período marcado por governos antiliberais e antidemocráticos, a maior parte desses regimes, incluindo os de Vargas e Salazar, construiu suas ditaduras com amplo apoio popular, apoiando-se em diversos pilares, entre eles, o esporte.

É a partir de suas inspirações nos modelos fascistas que este trabalho busca compreender as diferentes estratégias utilizadas pelos governos de Salazar e Vargas a fim de mobilizar o esporte como meio de propaganda política, transformando o mesmo – assim como outros elementos da cultura nacional proposta – em um símbolo de unidade nacional e vigor pátrio. Busca-se comparar as formas com que esses governos se relacionaram com o fenômeno esportivo e a importância do mesmo junto ao movimento de estetização da política dos dois regimes (ARNAUD & RIORDAN, 1998; RIORDAN & KRÜGER, 1999).

É possível perceber algumas semelhanças nos mecanismos empregados pelos regimes autoritários de Salazar e Vargas, em relação à intervenção e utilização do esporte. Tais mecanismos possuem aparente inspiração nos empregados pelos regimes fascistas na Itália e na Alemanha. Isso não significa, contudo, que as instituições e ações adotadas em Portugal e no Brasil fossem uma mera reprodução das realidades vividas por Mussolini e Hitler, mas demonstra a admiração de ambos governantes lusófonos e dos ideólogos de seus regimes nos modelos que até então prosperavam no velho continente.

Um dos principais objetivos de Hitler e Mussolini perante as massas era o de “mobilizar e unificar as energias nacionais para o renascimento e o engrandecimento do país” (PAXTON, 2007: 235). Um dos meios utilizados para tal foi o encampamento do esporte e das atividades físicas em geral pelo Estado. Para tanto, foram criadas diversas instituições de modo a gerir e mobilizar esses fatores junto a diferentes extratos da sociedade.

Essa ferramenta obteve grande penetração junto à juventude de tais nações. A formação dos jovens, os “novos” homens e mulheres da nação, futuros lutadores apolíneos e cidadãos obedientes, era uma grande preocupação desses governos, algo também observável nas experiências do Brasil e de Portugal. Para isso, ao lado do sistema educacional já assimilado pelo regime, organizações paralelas de filiação obrigatória foram criadas, de modo a manter os jovens sob controle do partido e afastados de seus outros núcleos sociais, como a família, os clubes e a Igreja.

Na Itália foi criada, em 1926, a *Opera Nazionale Balilla* (ONB); na Alemanha, a *Hitler Jugend* (HJ – *Juventude Hitlerista*) foi concebida em 1922, tornando-se responsável por toda juventude alemã a partir da ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933 (KRÜGER, 1999). O mesmo ocorreu em Portugal, com a criação da *Mocidade Portuguesa* (MP), em 1935, a partir da experiência com a *Associação Escolar Vanguarda* (AEV), de 1934. Herdeira aparente de suas congêneres alemã e italiana, a MP teve grande adesão popular, sendo sua participação obrigatória para todos os jovens, e sua inscrição anotada junto à caderneta escolar (ARRIAGA, 1976; ROSÁRIO, 1996: 52).

No Brasil, uma iniciativa nos moldes dessas organizações foi tomada com a proposta de criação da *Organização Nacional da Juventude*, junto ao Ministério da Justiça de Francisco Campos. Esse projeto foi suplantado pelo da *Juventude Brasileira*, capitaneado pelo Ministério da Educação e Saúde de Gustavo Capanema (SCHWARTZMAN, BOMENY & COSTA, 2000), que, contudo, não obteve grande sucesso.

Juntamente com o controle da juventude fora do âmbito escolar, a formação física dos jovens dentro das escolas era um importante fator para o projeto de fabricação dos futuros cidadãos desses regimes. Uma das principais ações nesse âmbito se deu por meio de iniciativas relacionadas à Educação Física, inclusive no que se refere ao

desenvolvimento de quadros. A criação de novas instituições ou a adequação de estruturas já existentes aos novos modelos de formação física da juventude também podem ser percebidas, no Brasil e em Portugal.

A *Deutsche Reichshochschule für Leibesübungen* (Escola Superior Alemã de Atividade Física) e a *Ente Nazionale Educazione Fisica* (Entidade Nacional de Educação Física - ENEF) e a *Opera Nazionale Balilla* eram os órgãos responsáveis por essas atribuições na Alemanha e na Itália, respectivamente (KRÜGER, 1998, 1999; TEJA, 1998).

Em Portugal, a formação ficou ao encargo da *Escola de Educação Física do Exército*, depois substituída pelo *Instituto Nacional de Educação Física*, criado em 1940 (ROSÁRIO, 1996). No Brasil a *Escola Nacional de Educação Física e Desportos* (ENEFD) foi criada em 1939, ocupando um espaço antes preenchido parcialmente pela *Escola de Educação Física do Exército* (EsEFEx), criada em 1932, já no governo de Getúlio Vargas (MELO, 2008).

Até mesmo as atividades de lazer dos trabalhadores foram alvo do controle do Estado. De acordo com Paxton (2007), os regimes fascistas buscavam eliminar por completo as fronteiras entre o privado e o público. Para alguns pesquisadores, essa seria “a própria essência do fascismo”, sendo esse “um aspecto fundamental das intensas diferenças existentes entre o fascismo e o conservadorismo autoritário” (PAXTON, 2007: 239).

Para a ação no âmbito do tempo livre, a Itália fascista instituiu a *Opera Nazionale Dopolavoro* (OND), para trabalhadores e intelectuais. A Alemanha hitlerista seguiu o exemplo italiano e criou a *Nach de Arbeit* (Depois do Trabalho, o mesmo nome de sua congênere italiana – Dopolavoro), depois rebatizada *Kraft der Freude* (Kdf – Força pela Alegria) (KRÜGER, 1998).

Essas instituições tiveram similares no Brasil e em Portugal: o *Serviço de Recreação Operária* (SRO) e a *Fundação Nacional Para a Alegria no Trabalho* (FNAT). O SRO, criado no Rio de Janeiro em 1943, parece ter tido uma atuação sensivelmente mais limitada do que seus pares. Já a FNAT, criada em 1935, teve uma maior relevância junto ao cenário cultural português (RAMOS DO Ó, 1992: 400; ROSÁRIO, 1996), com forte penetração junto aos sindicatos.

Por fim, é necessário apontar a intervenção direta que esses regimes impuseram sobre o esporte organizado. Clubes e federações passaram a serem comandados por membros do partido, ou do governo, ou novas organizações foram criadas para controlar as agremiações já existentes.

Na Alemanha, a *Deutscher Reichsbund für Leibesübungen* (DRL – Federação Alemã de Atividade Física) era uma organização próxima ao partido nazista. Em 1938, com a intervenção do partido sobre o esporte alemão, a relação se tornou ainda mais próxima, com sua transformação na *Nationalsozialistischer Reichsbund für Leibesübungen* (NSRL – Federação Nacional-Socialista de Atividade Física). Já na Itália o controle dos esportes institucionalizados ficou ao encargo do Comitê Olímpico Italiano (CONI), que sofreu intervenção direta do Partido Fascista e passou a ser comandado por Lando Ferretti, membro do partido. Em 1933, por decreto oficial, o Presidente do CONI deveria também ser secretário do Partido Fascista (TEJA, 1998: 161), eventualmente vindo a monopolizar o controle do esporte italiano.

No Brasil, a intervenção oficial do Estado Novo sobre o esporte veio com a criação, em 1941, do *Conselho Nacional de Desportos* (CND), diretamente ligado ao gabinete do presidente, que passa a supervisionar todos os clubes e federações do país (DRUMOND, 2006, 2008). Já em Portugal, o controle do esporte profissional ficou sob a Direção-Geral de Educação Física, Desportos e Saúde Escolar (DGEFDSE), instituída em 1942, à qual o INEF passou a ser subordinado (ESTEVES, 1975: 154; ROSÁRIO, 1996). A Direção-Geral tinha como objetivo controlar a educação física fora do âmbito da Mocidade Portuguesa, assim como “introduzir a disciplina nos desportos” (ROSÁRIO, 1996: 78).

Mesmo apresentando algumas significantes regularidades, a realidade de cada país levou o objeto a ser abordado de forma peculiar. Ao contrastar a característica rural de Portugal e sua “modernidade nostálgica”⁷ (MARTINHO, 2000) com a perspectiva de

⁷ Francisco Carlos Martinho aponta para a singularidade da modernidade portuguesa como uma constante associação entre passado e presente. O passado glorioso do Portugal sebastianista e restaurador, em uma época na qual Portugal se expandiu pelos oceanos e foi de fato “moderno”, era uma constante no ideário nacional luso. Havia dessa forma um compromisso com o passado e com as tradições e uma busca pela modernidade que se confluíram no que Martinho definiu como “modernidade nostálgica”, baseada na pequena propriedade agrícola, na Igreja e na tradição, assim como na racionalização do Estado e na busca de um novo modelo de identidade lusitana calcado nesses valores. (MARTINHO, 2000).

urbanização brasileira⁸ e seu modelo de modernidade, é possível encontrar divergências refletidas também no esporte, fenômeno essencialmente moderno e urbano. Ou seja, partimos do princípio que o significado da prática esportiva e seu caráter simbólico podem assumir contornos diferenciados de acordo com o ideário nacional local, suas características culturais e políticas.

Esporte e Política

Uma vez que este trabalho se propõe a estudar o que convencionamos denominar *História Política do Esporte*, deve-se atentar para a utilização de conceitos que por muitas vezes são tidos como dados, ao passo que podem gerar grandes debates ao seu entorno. Dentre esses podemos destacar os de *esporte* e *política*, ambos essenciais para a compreensão deste trabalho.

Junto ao campo da História do Esporte⁹, a grande maioria dos estudiosos foge a uma maior definição do que se entende por *esporte* (BOOTH, 2006: 27)¹⁰. Richard Holt (1989), em uma das principais obras sobre a história social do esporte na Inglaterra, evita uma definição mais precisa sobre o conceito¹¹, definindo-o como

uma atividade física agradável, a qual é geralmente organizada e competitiva, ainda que não necessariamente. Nenhuma linha clara foi traçada entre “esporte” e “recreação física” porque nenhuma é apropriada. Afinal de contas, a maioria das atividades pode ser jogada de diferentes formas e normalmente utilizamos a palavra “esporte” para nos referir tanto ao jogo casual como aos mais altos níveis de performance (HOLT, 1989: 9-10, tradução minha).

Victor Melo (2010: 90), no entanto, ancora sua definição de esporte no conceito de *campo* de Pierre Bourdieu (1983). Por conseguinte, uma atividade física se

⁸ Apesar de ser um país majoritariamente rural no período, o ideário oficial brasileiro apontava para a urbanização e industrialização do país (LAMOUNIER, 1999; SILVA, S., 1999; SKIDMORE, 1982), ao contrário de Portugal, que mantinha como seu ideal o de nação tipicamente rural, do pescador ou do camponês da pequena aldeia e da pequena propriedade, cristão devoto e homem simples (MARTINHO, 2000: 17; PAULO, 1994: 60).

⁹ Sobre a formação do campo acadêmico *História do Esporte*, ver Victor Melo (2007).

¹⁰ Mesmo as obras de Douglas Booth (2005) e Murray Phillips (2006), que buscam uma discussão teórica acerca da prática da história do esporte, não apresentam uma definição sobre o objeto de estudo da mesma.

¹¹ Holt (1989: 9) afirma: “Para aqueles que desejam saber mais sobre os pressupostos, as definições e as teorias subjacentes sobre os quais este estudo é baseado, eu incluí um apêndice” (tradução minha). No entanto, mesmo no apêndice da obra, tal discussão permanece ausente.

enquadraria no *campo esportivo* ao organizar-se em instituições representativas (como clubes, federações ou confederações); reger-se através de um calendário próprio de competições, encontros ou demais; abranger um corpo técnico especializado (técnicos, treinadores físicos, médicos, advogados); e gerar um mercado específico ao seu entorno, no caso, de produtos ditos *esportivos*, ainda que não necessariamente ligados à prática de esporte.

O autor ainda trabalha com uma ampliação do conceito de esporte, com o que chama de “práticas corporais institucionalizadas”, que englobaria a prática esportiva, a capoeira e a educação física, entre outras. Sigo aqui as ideias de Melo ao ressaltar que “a despeito dessa conceituação, para facilitar o entendimento e/ou em função de questões operacionais, em muitas oportunidades usamos ‘história do esporte’ como metonímia” (MELO, 2010: 66).

Uma vez definido o que compreendemos como *esporte*, convém-nos agora especificar o que aqui se entende por *política*. O delineamento preciso de tal conceito pode se apresentar problemático devido a seu caráter difuso. Ou seja, por não possuir fronteiras exatas, o político, ao contrário do esporte, não pode ser especificado através de seus objetos de estudo. Como afirmou René Remond (2003: 443), “as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis”.

Remond aponta, assim, que os elementos englobados pelo campo do político se alteram de acordo com a realidade apresentada no momento e no espaço determinados. O autor ainda destaca que “certas situações ampliam o campo do político: em tempos de guerra, o que não é político? (...) o mesmo se dá com as crises” (REMOND, 2003: 443).

Desta forma, apoiados na obra de Remond (2003), buscamos entender o político através da idéia de poder, entendendo a prática política como a busca e o exercício do poder. No entanto, a onipresença das relações de poder na sociedade – no cotidiano de cada indivíduo, seja na escola, na família ou no hospital, por exemplo –, no que Foucault (1979) consagrou como *microfísica do poder*, pode apresentar barreiras para o estudo da História Política. Como afirmou Peter Burke, “se a política está em toda a parte, qual a necessidade da história política?” (apud FALCON, 1997). Nesse sentido, Remond (2003: 444) destaca que “só é política a relação com o poder na sociedade global”, sendo esta representada em geral pela nação e tendo como símbolo e instrumento maior o Estado.

Podemos assim buscar uma definição mais objetiva (mas não restritiva) do conceito de *política*, como relações de poder em geral ligadas à nação e ao Estado. Torna-se fundamental nesse ponto a ideia de *Estado ampliado*, de Antonio Gramsci (1980, 2007). Para ele, este envolveria tanto a *sociedade política*, composta pelos aparelhos de coerção sob controle das burocracias administrativas e policial-militar, como a *sociedade civil*, composta por instituições ditas privadas, que atuariam na formação de ideologias e consenso, como o sistema escolar, os meios de comunicação, a Igreja, a Universidade e os clubes esportivos, entre outros.

Mas qual seria a relação possível entre o político e o esporte? Por muito tempo, o esporte foi um tema obliterado no estudo do político, devido a uma visão – já em desuso – que enxergava a História Política como circunscrita a suas próprias fronteiras, ou que privilegiava sua relação com outros campos vistos como mais “nobres”, como o econômico ou o ideológico. É a partir do movimento de revisão do estudo do político, efetuado a partir de fins da década de 1960, que aspectos culturais ganham cada vez mais força junto à História Política. De acordo com René Remond (2003: 35), a História Política “liga-se por mil vínculos, por toda a espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva”. Ou seja, praticamente não haveria domínio da realidade social desprovido de comunicação com o campo do político.

Percebo o esporte como um dos fatores manejados na disputa pelo controle da hegemonia. Para Gramsci hegemonia seria a capacidade de direção moral e intelectual de uma sociedade, onde a dominação seria auxiliada pelo estabelecimento do consenso. Tornar-se hegemônico significaria assim alcançar o controle da sociedade. Para Gramsci (1980: 116),

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos órgãos da opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados.

Gramsci (1980: 116-117) afirma então que após a Primeira Guerra Mundial, o aparelho hegemônico entra em crise, abrindo assim espaço para regimes centrados mais na força do que no consenso. Para ele, as formas encontradas na reordenação hegemônica seriam a formação do partido único e a ascensão de um líder carismático e

de um Estado de força, levando a uma maior incorporação da sociedade civil ao partido e ao Estado (1980: 55).

Isso não quer dizer, no entanto, que a busca pela hegemonia – e pelo consenso – seja abandonada. Ao contrário, formulam-se novos meios de obtenção da hegemonia, entre os quais destacamos aqui a mobilização através do esporte, como apontado por Victoria de Grazia (2002), no que denominou de *cultura de consentimento*. Para a autora, essa “cultura” seria referente ao conjunto de atividades e práticas de cunho culturais aparentemente despolitizadas, dentre as quais o esporte, organizadas pelo governo a fim de aproximar os indivíduos ao regime vigente (GRAZIA, 2002). Ainda que de eficiência e atuação limitadas, essas práticas buscavam passar uma mensagem condizente com os valores e as aspirações dos regimes dominantes como, no caso específico do estudo de Grazia, no fascismo italiano.

Já Raymond Carr e Juan Pablo Fusi (1979: 153-163), ao analisarem a realidade cultural da Espanha franquista da década de 1960, apontam para um panorama cultural que levaria à evasão da realidade imediata, ao afastamento completo das preocupações e interesses da política. A essa realidade Carr e Fusi chamam de *cultura de evasão*. Segundo os autores, essa cultura seria um reflexo da ausência do Estado da produção cultural, deixando-a a mercê do interesse privado, interessado apenas no consumo e alheio a preocupações políticas ou intelectuais. O regime se beneficiaria assim de uma cultura politicamente inócua que produziria uma imagem de nação despreocupada e satisfeita.

Teresa Aja (1998) apresenta outro olhar sobre o esporte na Espanha franquista, do qual este trabalho mais se aproxima. Ainda que ressaltando o fato de poderem ser distinguidas diferentes períodos no papel desenvolvido pelo esporte no governo de Franco, ao se referir ao futebol, esporte mais popular na Espanha, Aja (1998: 108, tradução minha) afirma que “o papel desempenhado pelo futebol durante o período franquista é merecedor de atenção especial, e seu impacto na vida cotidiana não pode ser subestimado”.

É sob este mesmo aspecto que este trabalho busca compreender o papel desempenhado pelo esporte, afastando-se da ideia de *cultura de evasão* e buscando compreender as formas com que os governos de Vargas e Salazar tentaram utilizá-lo, ao

buscarem, ainda que de forma mais tímida do que Mussolini e sua *cultura de consentimento*.

Isso não quer dizer, no entanto, que as classes populares se encontrassem ausentes de um diálogo e recebesse passivamente as imposições dos grupos dominantes. Como apontou Raymond Williams, a hegemonia não deve nunca ser vista como única e não existe como uma forma passiva de domínio. “Ela tem que ser continuamente renovada, recriada, defendida e modificada. Ela é também continuamente resistida, limitada, alterada e desafiada por pressões que não advém de si própria” (WILLIAMS, 1977: 122, tradução minha).

De forma semelhante, Edward P. Thompson (1993), mostra o potencial de insubordinação e acomodação das classes populares inglesas à cultura hegemônica local do século XVIII. Carlo Ginzburg (1998), baseando-se no conceito de intertextualidade de Bakhtin (2002), aponta para a relação de trocas entre a cultura popular e a cultura dominante, em um processo que denomina de *circularidade cultural*, descrevendo-o como “um relacionamento circular feito de influências recíprocas, que se movia de baixo para cima, bem como de cima para baixo” (GINZBURG, 1998: 13). Dialogando com as considerações desses autores, leva-se aqui em conta que a construção de uma cultura esportiva nacional advenha de um processo dialético, e não apenas de uma imposição “de cima para baixo”.

Esse processo resultará na formação de culturas esportivas específicas em cada realidade analisada, apresentando tanto características singulares como também similaridades. Entre as últimas, pode-se perceber o esporte como símbolo da imagem nacional, sendo frequentemente exaltado como ícone pátrio. Assim, a prática ganha relevância na construção de identidades nacionais, em especial junto a regimes que buscavam formar um novo modelo de cidadania e nacionalidade, como nos casos de Portugal e Brasil durante seus Estados Novos.

A política utilizaria então o esporte através da mobilização de seu potencial simbólico, tendo em vista uma associação direta entre o campo esportivo, o regime vigente e a nação. O esporte seria assim um dos elementos a serem apropriados pelo estado a fim de estabelecer sua hegemonia cultural, como também o foram a educação, o cinema, a música, as artes plásticas e a religião, por exemplo. Enquanto Vargas construía o que seria visto como o “país do samba e do futebol”, Salazar viria a erigir,

nos anos 1960, os “três efes” como pilares de seu governo: fado, Fátima e futebol (COELHO e PINHEIROS, 2002: 260; SERRADO, 2009).

Referências

- AJA, Teresa Gonzalez. Spanish sports in republican and Fascist Spain. In: ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Londres: Taylor & Francis, 1998, p. 97-113.
- ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James (orgs.). *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Londres: Taylor & Francis, 1998.
- ARRIAGA, Lopes. *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*. Lisboa: Terra Livre, 1976.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Annablume: Hucitec, 2002.
- BOOTH, Douglas. *The Field: truth and fiction in sport history*. Nova York: Routledge, 2005.
- _____. Sport historians: what do we do? How do we do it? In: PHILLIPS, Murray G. (org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: SUNY Press, 2006, p. 27-54.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CARR, Raymond; FUSI, Juan Pablo. *Espanha, de la dictadura a la democracia*. Barcelona: Editorial Planeta, 1979.
- COELHO, João Nuno; PINHEIROS, Francisco. *A paixão do povo: história do futebol em Portugal*. Porto: Afrontamento, 2002.
- DRUMOND, Maurício. Os gramados do Catete: futebol e política na Era Vargas (1930-1945). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SANTOS, Ricardo Pinto. *Memória social dos esportes: futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro, Mauad, 2006, p. 107-132.
- _____. Esporte e política no Estado Novo. In: PONTES JR, Geraldo; PEREIRA, Victor Hugo Adler (Orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro, Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 167-182.
- ESTEVES, José. *O desporto e as estruturas sociais*. [s.l.]: Círculo de Leitores, 1975.
- FALCON, Francisco José Calazans. Fascismo: autoritarismo e totalitarismo. In: SILVA, José Luiz Werneck da (Org.). *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado novo*. v.1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 29-43.
- _____. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- _____. Fascismo – novas e antigas idéias. In: PARADA, Maurício (org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 11-28.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. *Cadernos do cárcere*. volume 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAZIA, Victoria de. *The culture of consent: mass organization of leisure in Fascist Italy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOLT, Richard. *Sport and the British: a modern history*. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- KRUGER, Arnd. The role of sport in German international politics, 1918-1945). In: ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James. *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon, Taylor & Francis, 1998, p. 79-96.
- _____. Strength through joy: the culture of consent under fascism, Nazism and Francoism. In: RIORDAN, Jim; KRUGER, Arnd. *The international politics of sport in the 20th century*. Oxon, Taylor & Francis, 1999, p. 67-89.
- LAMOUNIER, Bolivar. Do modelo institucional dos anos 30 ao fim da era Vargas. In: D'ARAÚJO, Marica Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999, p. 35-53.
- MANN, Michael. A ascensão e queda do fascismo. In: PARADA, Maurício (org.). *Fascismos: conceitos e experiências*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008, p. 29-43.
- MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A bem da nação: o sindicalismo corporativo português entre a tradição e a modernidade – 1933-1947. Tese (doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- MELO, Victor Andrade de. Por uma História Comparada do Esporte: possibilidades, potencialidades e limites. In: _____ (org). *História Comparada do Esporte*. Rio de Janeiro: Shape, 2007, p. 13-29.
- _____. A educação física e o Estado Novo (1937-1945): a Escola Nacional de Educação Física e Desportos. In: Geraldo Pontes Jr. E Victor Hugo Adler Pereira (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: Instituto de Letras da UERJ, 2008, p. 157-166.
- _____. *Esporte e lazer: conceitos: uma introdução histórica*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. O intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 37-58.
- PANTOJA, Sílvia. Fontes, Lourival. In: ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMANN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 2261-2264.

PAULO, Heloisa. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAYNE, Stanley G. *El fascismo*. Madri: Alianza Editorial, 1980.

PHILLIPS, Murray G. (org.). *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany: SUNY Press, 2006.

PINTO, António Costa. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

_____. O estado novo português e a vaga autoritária dos anos 1930 do século XX. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes; PINTO, António Costa (Org). *O corporativismo em português: Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 17-43.

PORTELA, Artur. *Salazarismo e artes plásticas*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

RAMOS DO Ó, Jorge. Salazarismo e cultura. In: ROSAS, Fernando (org.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coleção Nova História de Portugal. v. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 391-454.

RIORDAN, Jim; KRUGER, Arnd. *The international politics of sport in the 20th century*. Oxon, Taylor & Francis, 1999.

RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROSÁRIO, Alberto Trovão do. *O desporto em Portugal: reflexo e projeto de uma cultura*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ROSAS, Fernando. Um estudo comparado do fascismo: o “autoritarismo moderno” do Estado Novo português. In: SILVA, José Luiz Werneck da. *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado novo*. v.1. O feixe: o autoritarismo como questão teórica e historiográfica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 57-69.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2V. v1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 466-475.

SCHEMES, Cláudia. *Festas cívicas e esportivas: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)*. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

SCHWARTZMAN Simon; BOMENY, Helena Maria B.; COSTA, Vanda Maria R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra : Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SERRADO, Ricardo. *O jogo de Salazar: a política e o futebol no Estado Novo*. Alfragide: Casa das Letras, 2009.

SILVA, Salomão L. Quadros da. A era Vargas e a economia. In: D'ARAÚJO, Marica Celina (org.). *As instituições brasileiras da era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora UERJ: FGV, 1999, p. 137-154.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs.). *Dicionário de política*. 2V. v1. 11 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998a, p. 94-104.

TEJA, Angela. Italian sport and international relations under fascism. In: ARNAUD, Pierre; RIORDAN, James. *Sport and international politics: the impact of fascism and communism on sport*. Oxon, Taylor & Francis, 1998, p. 147-170.

THOMPSON, Edward P. *Customs in common: studies in traditional popular culture*. Nova York: The New York Press, 1993.

TORGAL, Luís Reis. _____. *Estados novos Estado novo: ensaios de história política e cultural*. 2 ed. 2V. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

WILLIAMS, Raymond. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.